

CLT ou PJ?

Nos últimos meses recebi vários emails de leitores perguntando sobre formas de contratação de funcionários. Em especial sobre se deveriam usar CLT, PJ ou formas “criativas” e intermediárias.

Sou claro, transparente e publicamente defensor do modelo CLT – 100% CLT e sem qualquer tipo de “criatividade”. Sei que isto tem um impacto enorme nas empresas de TI e no mercado brasileiro. Existem muitas formas de agir e lutar para que a lei seja mudada. O que não se pode fazer é desrespeitar a lei. A lei é soberana e deve ser executada para garantir um estado de direito.

Claro que muita gente, eu inclusive, acha que a lei da CLT é totalmente ultrapassada e que a carga tributária deste país é um verdadeiro absurdo. Sou parte de um grupo que, há anos, vem defendendo os interesses das empresas de TI através de leis específicas para o setor ou mesmo uma ampla redução da carga tributária para todos os setores. Estou presente e atuante em várias entidades e associações de classes que lutam por mudanças e melhorias. O processo é lento, consome muito tempo e energia, mas já tivemos algumas vitórias importantes. Esta é a forma legítima de lutar por um mercado melhor.

Viajo pelo Brasil todo e vejo que o empresário de TI tem “síndrome de Dom Quixote” – quer fazer tudo sozinho, detesta participar de associações, reuniões ou grupo de empresários. Lembrem-me uma fofqueira que mora aqui no condomínio. Ela passa o dia pelos corredores e jardins do prédio reclamando do síndico, dos funcionários e do valor do condomínio. Ela, contudo, nunca foi a uma reunião do condomínio. Diz que é uma “chatice” e uma “perda de tempo”. Convidamos a senhora para ser síndica e, com isto, colocar em prática tudo o que ela falava pelos corredores do prédio. Ela recusou, dando inúmeras desculpas. Nossos empresários vivem reclamando pelos corredores, como uma velha chata e fofqueira, mas não tem coragem de se juntar e lutar!!!

A CLT e os custos por ela impostos não seriam um problema desde que todo o mercado “jogasse o jogo correto” e que as empresas pudessem repassar este custo para seus clientes. Isto vai acontecer mais dias ou menos dias. O problema é esta fase de transição onde teremos concorrentes jogando jogos diferentes e contratos antigos com os clientes calculados em cima de preços mais baixos de encargos de mão de obra.

O advento da Nota Fiscal eletrônica e SPED fará com que os fiscais identifiquem empresas com uma relação “estranha” de faturamento por número de funcionários. Eu conheço várias empresas com faturamento de R\$ 500 mil ou R\$ 1 milhão por ano e com apenas a secretária como funcionária. A fiscalização eletrônica mudará o jogo para todas as empresas e todos os concorrentes. Fica apenas a questão da fase de transição do modelo para ser resolvida.

Felizmente, hoje existem empresas e entidades especializadas em ajudar os empresários de TI a regularizarem sua situação com um plano interessante e RÁPIDO de migração baseado no binômio de custos e riscos.

Eu preferia não escrever este artigo. Tem gente que vai achar o artigo chato, é besteira, que nada vai mudar e que pode continuar com seus PJs e criatividade. Tem gente que vai achar que não existe solução em curto prazo.

Estou escrevendo este artigo porque me importo com sua empresa e quero que ela esteja no mercado por muitos anos. Importe-se com a sua empresa você também.

(*) Dagoberto Hajjar (dagoberto.hajjar@advancemarketing.com.br) trabalhou 10 anos no Citibank em diversas funções de tecnologia e de negócios, 2 anos no Banco ABN-AMRO, e, 9 anos na Microsoft exercendo, entre outros, as atividades de Diretor de Internet, Diretor de Marketing, e Diretor de Estratégia. Atualmente é Diretor da ADVANCE – empresa de planejamento e ações para empresas que querem crescer.